

NGHU HAWA

Matsambane Kuphane

ANTE A GRAVE DEPRECIACÃO DO METICAL

Os sacrifícios têm de ser de todos...

Entender o cenário

Os governos e os homens, nos tempos de hoje, devem a partir da sua responsabilidade sócio-política e económica agir com racionalidade e em conformidade com os desafios e suas necessidades. O Homem, como ser social, político e económico, deve munir-se de um método de percepção, de interpretação e de aprendizagem contínua da realidade em que vive, de modo a poder reagir perante ela. Deve lutar para entender de modo adequado os factos que ocorrem à sua volta e nos quais está envolvido e implicado. As experiências vividas no passado e no presente são um ponto referencial para o desenho das inevitáveis reacções dos factos presentes e passados. Isso permite uma atitude crítico-reflexiva e de ponderação, que pode ajudar a projectar um futuro precavido e seguro para o país. Contudo, os sacrifícios necessários e exigidos no presente têm de ser distribuídos por todos, Governo, as instituições e as empresas públicas e privadas, como de todos os cidadãos, sem quaisquer excepções. Nesses momentos se exigem lideranças muito fortes, genuínas, motivadoras e mobilizadoras, que devem servir de exemplo, sem o uso de retóricas tonitroantes, vulgares e embusteadas, populistas e plastificadas tal um ciclo de ilusões, falsidades analgésicas.

Estamos a viver um momento que exige muita frieza de ponderação, sem atitudes nenhuma de simplismo nas reacções, nem facilismos de argumentação e tão pouco de excessiva liberalidade analítica. A situação convoca toda a responsabilidade da parte do Estado, do sector privado e público e dos cidadãos, sem esquecer a entidade de gestão monetária do país. A nossa economia entre outras matérias-primas que importa se está ressentindo gravemente das bruscas e frequentes oscilações espectaculares e imprevisíveis do petróleo no mercado mundial. O petróleo, essa importante fonte de energia, está com certa regularidade e frequência sujeito à volatilidade dos seus preços. A alta de preços deste combustível afecta gravemente a "saúde" económica do país. Por contágio, todos os outros sectores da nossa economia se tomam vulneráveis e se ressentem destes aumentos, o que obriga e força o Estado a tomar medidas transversais e imediatas para tornar e "almofadar" a situação. Só que é procurar soluções estruturais. A par deste evento, os preços dos produtos alimentares básicos apresentam tendências de subida em todo o país, sendo mais altos nas províncias do interior (distantes dos portos). A inflação, como se pode notar, está subindo, com todos os efeitos na vida das populações mais pobres. A contenção de gastos pode não ser a solução mais cabal e adequada.

As desigualdades sócio-económicas

Num país como o nosso, onde a desigualdade entre as camadas sociais ricas e a maioria pobre se acha bastante diferenciada e abismal, a tendência para a precarização da vida destes é crítica. Segundo um estudo conjunto sobre a pobreza do Centro de Estudos da População da Universidade Eduardo Mondlane, Ministério da Planificação e Desenvolvimento e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), citado pelo jornal A Verdade, 12-03-2010, as desigualdades sociais podem resultar em focos de desestabilização. Refere o estudo que o fenómeno afecta mais de 10 milhões de moçambicanos, o que torna a situação muito grave e crítica. Em cada província, pelo menos 500 mil pessoas são efectivamente muito pobres. Isto mesmo se sabendo que a taxa de pobreza absoluta caiu em

16% nas zonas rurais e em 10,5% nas cidades entre 2003 e 2009. Contudo, se impõe para se aferir devidamente e contingencialmente a situação a consideração da análise estrutural da realidade interna, regional e a internacional, para se entender as dinâmicas conjunturais do processo económico em que estamos inseridos.

Num Estado em que a economia se ressentido dos embates das flutuações cambiais e da pouca e fraca diversidade e valor das exportações se exige uma gestão criteriosa de toda a máquina económica, os fundos públicos, acompanhada de um controlo rigoroso e eficaz da dívida pública do país. Impõe-se uma gestão capaz, eficiente e valorizadora dos recursos públicos do Estado. Saber-se em cada momento o que se está a gastar, em que, com que critérios de alocação e se essas despesas são feitas de maneira adequada, correcta e disciplinada procedimental, legal e financeiramente. Essas despesas estarão de acordo e enquadradas no plano da política orçamental e fiscal do Estado, é outro elemento sempre a ter-se em conta, dentro das projecções, dos objectivos e dos desafios macroeconómicos, como das prioridades e determinantes aprovadas. Neste exercício no campo das finanças públicas na sua influência no crescimento económico devem se considerar, nos objectivos, a composição (a) o aumento do controlo da eficácia e da eficiência da redução da despesa pública; (b) da eficiência e o controlo do sistema de receitas; (c) *governance* (regras, instituições e o rigor dos procedimentos orçamentais) muito claro e transparente. Tudo isto sincronizado com os grandes propósitos macroeconómicos do país e dos interesses nacionais.

Que medidas de contenção e de solução

O Estado se deve preocupar em toda a sua acção em reduzir, conter e controlar de forma eficiente a despesa, procedendo à austeridade e ao equilíbrio de contas com rigor: (i) justificarem o dispêndio público, em critérios de boa gestão financeira, com estrita legalidade e o controlo da administração e do sector empresarial público, sob controlo devido do Tribunal Administrativo; (ii) controlo e a eliminação de regimes excepcionais de ajuste directo em obras públicas; (iii) avaliação externa urgente do custo-benefício de todas as obras públicas e da racionalidade dos níveis actuais de despesa pública que incluem despesas deficitárias, estatais, públicas beneficiárias de dinheiros públicos, e a contratação de serviços externos ao sector público; (iv) redução de custos, subsídios, benefícios, regalias (*fringe benefits*) e salários de nobreza "altíssimos, imorais" e fabulosos dos dirigentes governamentais e dos gestores públicos (divulgação do valor e do alcance desses cortes e congelamentos, para se poder fiscalizar a eficácia e o alcance delas); (v) mudanças, alteração e impulsão da variedade, qualidade e a produtividade nacional para exportação da produção nacional. As exportações de produtos provenientes da agricultura estão complicadas, porque neste país depende da sorte da chuva; se chove pouco, logo a produção é fraca e nada se exporta...é caso para dizer Viva a Chuva! Será que é assim que este país vai progredir, vamos ser competitivos?

Da parte dos dirigentes e face a esta desvalorização do metical, e em resposta, que entre eles exista o sentido de rigor, da disciplina, da responsabilidade, da honra, da fidelidade à palavra. A riqueza de um país deve ser dirigida primeiro para os que estão incapazes fisicamente de produzir, a seguir para aqueles que não têm chances e nem oportunidade de produzir, e terceiro para os que são menores e não estão capazes de produzir. Isto é que deve ser a visão do Governo e do partido no poder.

Editorial

A FRELIMO é que fez, a FELIMO é que faz...

Hum!!! Ao longo dos últimos tempos tem sido difícil para a FRELIMO justificar o que tem feito, preocupando-se muito com o que faz em tempo presente e agindo como alguém com indícios de esquizofrenia que se esquece das suas origens. E isto não acontece por encanto. É sintomático da influência de fenómenos exteriores, muitas vezes ligados à acumulação de riqueza profana de bens públicos, o que faz com que as pessoas se acomodem na insensibilidade. Sejamos claros. Ninguém é capaz de juntar tanta fruta, como o fazem os dirigentes da FRELIMO, sem usar esquemas fraudulentos que têm no erário público a sua fonte de origem.

Há gatunagem no seio partidário e os autores são impunes, apesar de se apregoar aos quatro ventos o combate à corrupção. A corrupção criou gigantes financeiros na nação moçambicana, gigantes portentosos cheios de garbo monetário, autênticos snobistas que passam ao lado dos mais carenciados, gíngando seus avantajados ventres e bufando iguarias diferentes dos aromas chamanculos prenhes de toda a imundície alimentar previsível, desde os petiscos de tripas, almoços de constante verdura e jantares mal paridos de magumba mal conservada, por aí além.

E voltamos a repisar. O motim do 1 de Setembro com imagens que teimam em persistir tem origem na fome, e é o resultado prático das discrepâncias entre os que têm e os que mal possuem, e não fosse o diabo tecê-las, hoje resultante da manifestação, embarcaríamos numa babilónia de que há memória.

Valeu o susto. Um susto que teve como apaziguador a mensagem Guebuza no dia em que são revisitados os Acordos de Lusaka, um pacto (?) que transferiu o poder político e sócio-cultural das mãos de alguns para as mãos do povo incarnado na FRELIMO e na popularidade adulta deste partido que assume o poder há 30 anos, tempo mais do que suficiente para ter uma outra postura e maneira de conduzir os destinos do seu povo.

E voltamos à etapa inicial quando assumimos que a FRELIMO tem feito pouco esforço no sentido de se recordar das suas origens e da razão pela qual está no poleiro. O dia 1 de Setembro, apesar dos estragos que a plebe protagonizou a todos os níveis condenáveis, trouxe ele também uma vitória contra os que comem pão com ovos, queijos e outros derivados, olhando de esguelha aos que comem da mesma cõdea de pão apenas com o suor do seu trabalho, muitas vezes ignorados quando se fazem as contas do respectivo esforço no final da jornada laboral. Uma miséria de salário comparado com aquilo que os primeiros usufruem, fruto do lambetotismo e da sua argúcia de aves de rapina.

A vitória sobre a fome galvanizou o povo, e hoje já se fazem contas sobre a quantidade de pão a adquirir e do arroz a levar lá para casa. Fruto, uma vez mais, da revolução popular. Isto é verdade. Tão verdade como Guebuza ser o presidente da República, que a despeito de ter dado uma volta de 360 graus no seu discurso, fica marcado pela sua falta de arrojo no tratamento de questões que lidam com o eleitorado, noventa por cento a seu favor nos pleitos até ora realizados.

Armando Guebuza teve o condão de se redimir perante o seu povo, orientando o governo para decretar medidas de contenção e ajustamento estrutural, medidas que na óptica do seu governo poderão devolver alguma gota de esperança já dilacerada pelo custo de vida.

Aplaudimos a iniciativa, porém mostramo-nos cépticos quanto a sua aplicabilidade, tomando em conta a sua durabilidade e, se não será esta mais uma forma de ir entreitando o povo, à espera de outras trapaças. Estará o governo capacitado para aguentar por longo prazo com o barco de medidas anunciadas? Estará também o povo do outro lado da barricada preparado para ouvir daqui a algum tempo uma reviravolta? Não estará ela própria a FRELIMO a cavar a sua sepultura ao ficar endividada e engaiolada na jaula social, no sentido de que vai ficar refém destas suas mexidas?

A FRELIMO é que fez, a FRELIMO é que faz e a FRELIMO promete fazer. E lá diz o ditado. É melhor dar uma vez do que prometer duas ou três. O refrão serviu de mote na campanha eleitoral que significou no final a vitória do partido dos camaradas. O tempo passou e agora há a necessidade de concretizar o refrão da promessa. Uma promessa que poderá uma vez mais significar sangue em caso de falhanço. Com o povo não se pode brincar do jeito que quem brinca com crianças corre o risco de ficar molhado...

No rol das mudanças algo nos chama a atenção. A redução das benesses dos PCA's e o pagamento de seus honorários em moeda nacional. Será que esta alteração do dólar para o metical traz algo substancial na quantidade do bolo? Hummm!!! Algo aqui se esconde como uma lagarta num fruto...